

**IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009**

EIXO: PROPOSIÇÃO

**ENSINO DE URBANISMO, UM FREIO À CIDADE
PRIVATIZADA**

Eduardo Henrique Santos Teixeira
Arquiteto. Doutorando FAU UFBA, Salvador

eduardohsteixeira@gmail.com

Any Brito Leal Ivo
Arquiteta. Doutoranda FAU UFBA, Salvador

anybivo@hotmail.com

RESUMO

Ao ouvirmos “Faculdade de Arquitetura e Urbanismo” temos a certeza de que os profissionais formados são aptos a exercer a atividade de arquiteto e de urbanista com igualdade de competência. Essa certeza inicial é abalada ao analisarmos as estruturas curriculares propostas.

Então questionamos a relevância do desenho urbano já que as dimensões da arquitetura e do urbanismo são “uno” - cada novo prédio determina uma nova urbe e qualquer intervenção urbana re-significa todas e cada uma das edificações – redesenhando a cidade sempre.

Assim, a importância do ensino urbanístico é determinante à atuação e formação profissional e a questão de fundo emerge: Estamos formando profissionais capacitados para projetar na contemporaneidade marcada pelo esvaziamento de sentido do coletivo e público? É aqui que o domínio do desenho urbano se faz essencial ao preparar o futuro arquiteto e ou urbanista para projetar consciente da inter-relação entre arquitetura e urbanismo e da relação privado e público.

Dar ao urbanismo igual relevância que à arquitetura é trazer a responsabilidade sobre o espaço público, a cidadania e o coletivo, freando o avanço do mercado e do privado sobre o público. É comprometer o profissional na construção permanente da cidade e assim o ensino do urbanismo tem novo fôlego.

O desafio é imenso: atomização, individualização e a falta de interesse pelo urbano, coletivo e social; a burocracia das instituições e as dificuldades de mudanças; a formação de profissionais para o mercado como referenciais de sucesso; as vertentes teóricas que direta ou indiretamente reconhecem a livre construção contribuindo ao enfraquecimento dessa disciplina. É nesse contexto e sobre esse cenário que discutir o ensino de urbanismo pode contribuir ao debate do ensino e do papel das universidades no comprometimento com a construção e constituição do coletivo e público hoje e no enfrentamento da privatização da cidade.

Palavras-Chave: Coletivo, Espaço Público, Ensino,

CONCISO

Cuando el oír “universidad de la arquitectura y Urbanos” nosotros tienen la certeza de eso los profesionales formados son convenientes ejercer la actividad del arquitecto y del planificador de la ciudad con igualdad de la capacidad. Se sacudirá esta certeza inicial al analizar las ofertas del plan de estudios de las estructuras.

Entonces preguntamos la importancia del dibujo urbano puesto que las dimensiones de la arquitectura y del urbanismo ellas son “yo ensamblan siempre” - cada edificio nuevo determina el nuevo urbe y cualquier revés urbano de la intervención velocidad-significa todas las y cada uno construcciones - el reajuste de la ciudad.

Así, la importancia de la educación del urbanístico es determinante al funcionamiento y la formación del profesional y la cuestión emerge: ¿Estamos formando a profesional permitido proyectar en el contemporaneidad marcado para el vacío colectivo del filtro de de y el público? Es aquí que el dominio del dibujo urbano si las marcas esenciales al preparar el arquitecto futuro y o a planificador de la ciudad para proyectar concienzudo de la interrelación entre la arquitectura y el urbanismo y de la relación privada y pública.

Para dar al urbanismo igual importancia que a la arquitectura es traer la responsabilidad en el espacio público, la ciudadanía y la colectiva, frenando el avance del mercado y el privado en el público. Es comprometer al profesional en la construcción permanente de la ciudad y la educación del urbanismo tiene así nuevo papel.

El desafío es inmenso: atomización, individualización y la carencia de el interés urbano, colectivo para y el social; la burocracia de las instituciones y las dificultades de cambios; la formación de los profesionales para el mercado del éxito como referenciáis; las fuentes teóricas que dirigen o indirectamente reconocen la construcción libre que contribuye a la debilidad de esta disciplina. Está en este contexto y en esta escena de la cual discutir la educación del urbanismo pueda contribuir hoy a la discusión de la educación y al papel de las universidades en el comprometimiento con la construcción y la constitución colectiva y la pública y en la confrontación de la privatización de la ciudad.

Vocablo: Colectividad, Espacio público, Encino.

ABSTRACT

When we listening “College of Architecture and Urbanism” we are certainty of that the formed professionals are apt to exert the activity of architect and city planner with ability equality. This initial certainty is shaken when analyzing the curricular structures proposals and to observe practical the recurrent ones of the professionals, more come back toward the project of the building that stops the urban drawing.

Then we question the relevance of the urban drawing since the dimensions of the architecture and of urbanism they are “I always join” - each new building determines new urban and any urban intervention reverse speed-means all and each one of the constructions - redesigning the city.

Thus, the importance of education of urban scale is determinative to the performance and professional formation and the question of deep emerges: We are forming professional enabled to project in the contemporary marked for the collective felt empty of and the public one? It is here that the domain of the urban drawing if makes essential when preparing the future architect and or city planner to project conscientious of the interrelation between architecture and urbanism and of the private and public relation.

To give to equal urbanism relevance that to the architecture is to bring the responsibility on the public space, the citizenship and the collective one, braking the advance of the market and the private one on the public. It is to compromise the professional in the permanent construction of the city and thus the education of urbanism has new life.

The challenge is immense: atomization and the lack of urban, collective interest for and the social one; the bureaucracy of the institutions and the difficulties of changes; the formation of professionals for the success market as reference; the theoretical sources that direct or indirectly recognize the free construction contributing to the weakness of this discipline. It is in this context and on this scene that to argue the urbanism education can today contribute to the debate of the education and the paper of the universities in the promise with the construction and collective constitution of and the public one and in the confrontation of the privatization of the city.

Keywords: Collective, Public Space, Teaching

ENSINO DE URBANISMO, UM FREIO À CIDADE PRIVATIZADA

Ao ouvirmos “Faculdade de Arquitetura e Urbanismo” temos a certeza de que os profissionais formados por estas instituições estão aptos a exercer a atividade de arquiteto e de urbanista com igualdade de competência. Essa certeza inicial é abalada ao analisarmos as estruturas curriculares propostas e observarmos as práticas recorrentes dos profissionais, mais voltadas para o projeto do edifício que para o desenho urbano.

Será que estamos formando profissionais capacitados para projetar na contemporaneidade marcada pelo esvaziamento de sentido do coletivo e público, pelo avanço dos interesses privados sobre os interesses públicos, pela atomização e individualização do sujeito, pela transitoriedade, pela efemeridade, pela mercantilização, espetacularização e tematização das instâncias do viver? Será que estamos formando profissionais apenas comprometidos e inseridos nas lógicas e dinâmicas contemporâneas mercadológicas que objetivam apenas o sucesso no mercado imobiliário? Por fim, estamos capacitando os profissionais para o domínio dos conceitos e técnicas urbanísticas, e para entender e atuar criticamente com capacidade para enfrentar e questionar as forças e dinâmicas da urbanização?

Nesse ponto questionamos a importância dada pelas instituições de ensino de arquitetura e urbanismo ao desenho urbano, e entendemos que avaliar a relevância do ensino dessa disciplina pode apontar novos horizontes e ajudar a entender a perda de sentido e o descompromisso com a esfera coletiva. Possivelmente, o enfraquecimento desse campo do saber pode destituir os profissionais das capacidades técnica e analítica necessárias ao enfrentamento das lógicas de mercado possibilitando o avanço dos interesses privados sobre o espaço público. É nesse sentido que buscaremos discutir a relevância do ensino do desenho urbano na formação profissional de arquitetos urbanistas em relação ao esvaziamento de sentido do espaço público.

Essa reflexão poderá demonstrar na interpelação entre arquitetura e urbanismo a necessidade de um ensino que capacite o futuro profissional a enfrentar a criação, a crítica, a análise e as intervenções nos espaços urbanos

tendo consciência da inter-relação entre arquitetura e urbanismo e da relação privado e público.

Aparentemente pensaríamos em duas dimensões distintas quando falamos em arquitetura e urbanismo. No entanto, ao nos “aproximarmos”, ou num outro sentido nos afastarmos do entendimento imediato e de senso comum, podemos pensá-las como um complexo: cada novo prédio significa e determina uma nova urbe e qualquer intervenção na escala urbana re-significa todas e cada uma das edificações. Estamos sempre tratando do desenho da cidade ao projetarmos independentemente da escala de intervenção. Mais uma vez o compromisso ou descompromisso com o espaço público e um projeto de cidade surgiriam como pano de fundo do agir.

A mudança do cenário contemporâneo e do modo como se dá a relação entre o público e o privado nas cidades é um desafio imenso, pois o próprio contexto das vivências humanas cada vez mais é regido pelos interesses individuais. A falta de interesse dos alunos pelo urbano, pelo coletivo e pelo social pode ser explicada pela atomização e individualização da sociedade e pela reduzida demanda de projetos de urbanismo em comparação com a de projetos de arquitetura.

Num outro sentido, o retraimento do Estado e mudanças na estruturação de atribuições do corpo técnico, assim como o surgimento de vertentes teóricas que defendem a autoconstrução, podem representar novas abordagens no entendimento da desvalorização do desenho urbano. A ênfase dada ao planejamento urbano nas políticas de desenvolvimento para as cidades também contribuem para a reorientação dos interesses e abordagens da dimensão urbana.

Por outro lado, as instituições que formam profissionais para o mercado se apresentam como referência da boa formação profissional. O mercado e a mídia colocam em destaque os profissionais de sucesso – pontuações e prêmios, eventos, propaganda, programas de TV, concursos, etc terminam por construir uma crença do sucesso do profissional de arquitetura vinculado às

lógicas e interesses do mercado em detrimento dos profissionais engajados à pesquisa, estudo e a elaboração de projetos urbanos.

É nesse contexto e sobre esse cenário que discutir o ensino de arquitetura e urbanismo pode contribuir para a revisão do papel dessas instituições de ensino na construção e constituição do coletivo, do espaço público hoje e no enfrentamento da privatização da cidade.

Tomamos como premissa que a valorização do ensino do desenho urbano e o desenvolvimento em sala de aula da elaboração crítica com ênfase na inter-relação arquitetura e urbanismo, podem possibilitar uma nova postura dos alunos e futuros profissionais, formando arquitetos-urbanistas conscientes do seu papel na construção e constituição do espaço público e num projeto de cidade.

É nesse sentido que propomos repensarmos o ensino de urbanismo como um freio à privatização da cidade. Conscientes da relevância das dinâmicas mercadológicas contemporâneas e do avanço do interesse privado sobre o público nas questões de desenvolvimento urbano, entendemos que trazer ao debate essa questão é tema emergencial. No entanto, por sua complexidade e necessidade da participação mais ampla de diversos setores, esse texto possui apenas a pretensão de trazer esses questionamentos para o debate e contribuir para o resgate do valor do desenho urbano na construção do espaço da cidade garantindo a qualidade das áreas de convívio coletivo, fortalecendo a esfera pública.

O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Uma crítica recorrente às estruturas curriculares vigentes nas escolas de arquitetura e urbanismo diz respeito à fragmentação e compartimentação dos conteúdos dos planos de cursos. Comumente encontramos os cursos e as suas disciplinas agrupadas por departamentos ou “setores do saber” o que é apontado como justificativa às questões da qualidade da capacitação profissional hoje.

A FAUSP apresenta o seu curso em três grandes campos de conhecimento: História da Arquitetura e Estética do Projeto, Projeto e Tecnologia da Arquitetura. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFRJ estrutura o seu curso em quatro eixos e três ciclos: Eixo Discussão, Eixo Concepção, Eixo Representação e Eixo Construção. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Brasília FAU-UNB, também oferece um curso organizado em três grandes campos de conhecimento: Departamento de Projeto, Expressão e Representação, Departamento de Tecnologia e Departamento de Teoria e História

O curso oferecido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – FAUFBA é estruturado em cinco departamentos: Departamento I - Geometria da Representação, Departamento II - Criação e Representação Gráfica, Departamento III - Teoria e prática do Planejamento, Departamento IV - Tecnologia Aplicada à Arquitetura e Departamento V - História da Arquitetura. É sobre essa estrutura curricular que vamos nos debruçar para analisar e podermos abrir novas perspectivas para repensarmos o papel do ensino do desenho urbano hoje.

A reforma curricular implantada no ano de 1996 na FAUFBA criou os Ateliers com o objetivo de integrar os diversos campos de saberes no ato projetual.

Atendendo a portaria 1.770 de 21 de dezembro de 1994, do MEC, a Faculdade de Arquitetura da UFBA, procedeu a partir de 1996 à implantação de um currículo para o Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Essa reforma curricular foi a pioneira nacionalmente no que se refere à estrutura do curso. Ela tem no Atelier de projeto sua linha mestra, lugar de interação e integração das diversas áreas de conhecimento, em um método de ensino próprio ao campo da Arquitetura, contando com laboratórios e salas especiais devidamente equipadas. (site oficial FAUFBA. 20/06/09)

A concepção proposta pela reforma é sem dúvida uma iniciativa relevante ao ensino de arquitetura e urbanismo, pois além da integração dos saberes, permite a aplicação desses conhecimentos no ato projetual, legitimando-os no projeto e na prática profissional futura e possibilitando a criação de uma “cultura de projetar” fundada na pesquisa e na aplicabilidade de

conhecimentos que contemplam as disciplinas teóricas e históricas, técnicas, artísticas no ato da criação. Os projetos desenvolvidos nos diversos ateliers podem ser entendidos como a síntese da trajetória do aluno e da sua formação e ao mesmo tempo podem ser objeto de avaliação constante do curso.

A implementação do Atelier de Projeto como lugar de síntese dos campos disciplinares diversos põe por terra a crítica relativa à segmentação e estruturação dos cursos de arquitetura e urbanismo em departamentos distintos ou setores do saber. No entanto o reconhecimento da importância desse eixo condutor na estrutura do curso, não responde à questão que nos propomos encaminhar nesse texto: a importância do ensino do desenho urbano.

Por uma questão didática, o curso de arquitetura da FAUFBA oferece cinco Ateliers com temáticas e abordagens com graus de complexidade que vão aumentando no decorrer do curso afinado com o grau de amadurecimento e conhecimento dos alunos. Assim, os objetivos traçados para cada um dos Ateliers variam tanto com relação à escala e dimensões quanto nas temáticas e complexidade dos exercícios propostos, assim como na ênfase e objetivos das atividades e produtos.

Resgatando a inter-relação entre arquitetura e urbanismo, esperaríamos que ao analisarmos as ementas dos Ateliers mesmo quando os exercícios e objetivos fossem de criação e elaboração de projetos de arquitetura a relação com o espaço urbano estivesse presente. No entanto pela análise dos planos de cursos essa relação não é determinada pelas ementas e ou objetivos e ou conteúdos em todos os Ateliers, ficando a cargo dos professores essa abordagem.

No Atelier I a dimensão urbana aparece na medida em que o aluno deverá dominar a leitura de peças cartográficas. Pela ementa e objetivos do Atelier II não observamos qualquer referência ao espaço urbano: a ênfase é dada à “realização de projetos individuais em nível de estudo preliminar e anteprojetos”. O Atelier III exige a elaboração de projeto arquitetônico completo e o urbano aparece na ementa ao contemplar o domínio de topografia. “O projeto

de arquitetura e ou urbanismo, problematizado em sua complexidade, impacto e questão do espaço urbano” é o que determina a ementa do Atelier IV. Por fim o Atelier V que se dedica ao planejamento urbano e regional numa escala territorial.

Possivelmente a abordagem e tratamento da legislação urbana vigente sejam pontos comuns e presentes nos diversos Ateliers, o que poderíamos reconhecer como uma esfera do urbano. No entanto, apesar da reforma ter abolido a cadeira de Legislação, o estudo dos instrumentos legais não é explicitamente determinado nos conteúdos dos Ateliers de projeto, ficando a cargo dos professores essa abordagem.

Há que se reconhecer os esforços dos docentes nessas disciplinas de projeto no que diz respeito ao comprometimento com a cidade e o lugar, ou até no ensino do desenho urbano, mas são iniciativas pessoais não garantidas pelos planos de cursos. Pela análise das ementas, fica clara a ênfase dada aos projetos de edificação em detrimento aos de intervenção urbana.

O “espaço” para a prática e o ensino do desenho urbano é reduzido, sendo trabalhada apenas no Atelier IV. Apesar do Atelier IV contemplar a escala urbana, não necessariamente tem como exercício o desenho urbano, pois sua ementa não determina ser um exercício de intervenção urbana. Sua ementa contempla a problematização e impacto da proposta sobre o urbano. Esse panorama aponta que o curso privilegia as intervenções pontuais, ou seja, os projetos de arquitetura.

Uma das hipóteses para essa configuração aponta para a trajetória da Faculdade.

Pelo depoimento de arquitetos e professores mais antigos, deduz-se que, por largo período, houve três tendências na FAUFBA, lideradas pelos professores Américo Simas, Diórgenes Reboulas e Walter Gordilho, sendo que os dois primeiros teriam uma vocação para o patrimônio e a arquitetura individualizada, e Walter Gordilho, mais isolado, seria mais “urbanista” e preocupado com as mazelas sociais. (NUNES, p.32)

No entanto essa hipótese, apesar de ser plausível, pois poderíamos pensar numa tradição de ensino construída historicamente, não é suficiente para explicar os distintos pesos dados à arquitetura e urbanismo. Nesse ponto trazemos as questões de cada tempo como mais uma força que contribui à carga destinada ao ensino e crítica do espaço urbano.

A trajetória da própria profissão, a qual já nos referimos, parece fazer com que cada estudante chegue à escola com vontade de fazer um projeto maravilhoso, único, com o qual ele se distinga de seus pares pelo seu talento e técnica. Não seria a própria sociedade, com seus valores e sua estruturação, que induziria o estudante a ter como cliente de seus sonhos aquele que não colocaria freio à sua imaginação por questões financeiras? (NUNES, p.32)

Possivelmente pensarmos nas expectativas dos alunos seja de extrema importância, mas ao mesmo tempo, temos que ampliar a influência das dinâmicas de cada momento também na formação do pensamento dos professores, assim como na produção arquitetônica referencial – sua influência sobre os profissionais atuantes e suas obras.

Outro ponto importante é a mitificação da profissão de arquiteto:

Nesse ponto, algumas versões podiam enveredar pelo significado do termo “arquiteto”. Forçando-se a etimologia, essa palavra deveria significar algo como “chefe conceitor” ou construtor superior”: a mente que controla todos os aspectos da concepção e realização da obra, ou usando outra imagem da época, o “maestro da orquestra. (FICHER, 78)

Essa criação simbólica com relação ao poder e distinção do arquiteto se exacerbou com a institucionalização da profissão. Ademais a prática arquitetônica, de certa forma originalmente, pode ser considerada uma prática alienada da realidade, ou ainda uma prática voltada ao atendimento de uma elite.

Ou seja, no ensino institucional da arquitetura deveria sempre ficar escamoteada. E os arquitetos de renome, aqueles escolhidos cujos feitos estão preservados na crônica gloriosa do passado, foram sempre também aqueles consagrados pela realização de obras excepcionais, monumentais, nas quais predominavam valores ideológicos e políticos e cuja dimensão econômica podia ser facilmente esquecida. (FICHER, 79)

Analisando a estrutura curricular e o tempo destinado e determinado ao ensino do urbanismo, as dinâmicas da contemporaneidade e a crença original da profissão de arquiteto e seu descolamento das questões sociais e econômicas, temos possivelmente configurado o cenário institucional do ensino do desenho urbano e sua história nas instituições de ensino. Esse panorama traz conseqüências determinantes à valorização dessa disciplina e ao grau de interesse dos alunos com conseqüência relevantes à prática profissional, ao engajamento a um projeto de cidade e ao comprometimento com a esfera e espaços públicos.

DESINTERESSE PELO DESENHO URBANO

O desinteresse dos alunos por aprender e dominar o desenho urbano transpõe os limites institucionais, tendo suas razões também nas dinâmicas, lógicas e fenômenos da contemporaneidade. A sociedade cada vez mais é regida pelo processo de atomização e individualização, onde os interesses pessoais têm maior relevância frente aos interesses coletivos. As instituições até então formadoras dos sujeitos são contestadas: a família, a religião e o Estado. O mercado avança como referência formadora. Assim, reina a liberdade individual, o prazer imediato e ao mesmo tempo a velocidade, a mudança e a efemeridade. O mundo líquido se impõe e o mercado avança sobre as diversas instâncias das vivências humanas.

Possivelmente essa conjuntura instável pode apontar para o desinteresse sobre as questões sociais e públicas hoje – os interesses a logo prazo. Ou seja, expectativas e esforços em longo prazo vão na contra mão do imediatismo e velocidade que imperam hoje em dia.

O interesse e o destaque dado aos profissionais afinados às lógicas de mercado são um incentivo à atuação no campo de projeto de arquitetura descolado do tecido urbano e das questões urbanísticas. Os concursos, premiações e eventos coroam nomes de profissionais atuantes no mercado de projetos de arquitetura.

O Opera Prima, concurso nacional que premia os trabalhos de conclusão de alunos de graduação, que poderia constituir um estímulo a

elaboração de projetos urbanos - bastando para isso criar uma categoria específica para essas propostas - não faz distinção à escala e natureza dos projetos. Na publicação do Vigésimo Opera Prima, fica clara a predominância de projetos individuais premiados, sendo poucos os que propõem intervenções urbanas. Não é possível saber se isso reflete a ênfase dada pelos cursos de arquitetura e urbanismo ou se é uma postura do concurso e seus avaliadores. Mas é sem dúvida um dado que explicita o pouco interesse pelas intervenções urbanas hoje.

Além disso, é um dado que pode em certa medida desmotivar o interesse pelo urbano. Por ser um concurso importante e referencia para a elaboração de trabalhos de conclusão de curso e para o reconhecimento e destaque de instituições de ensino, o Opera Prima pode ser considerado um instrumento de formação de interesses e “tendências”.

Paralelamente a esse destaque dado ao profissional atuante na elaboração de projetos individuais, os profissionais que atuam nos órgãos públicos foram historicamente “desvalorizados”, com reflexos em suas remunerações, autonomia de atuação e reconhecimento do trabalho elaborado. Por outro lado, esse profissional público ainda enfrenta a descontinuidade administrativa e a constante interrupção e empecilhos à implementação dos seus trabalhos e projetos. É um profissional comprometido com a coletividade, trabalhando em equipe, mas apesar disso raramente tem seu nome colocado em destaque ou seu trabalho reconhecido publicamente.

Até meados da década de 1980 a forte intervenção do Estado no desenvolvimento urbano se fazia basicamente através de projetos elaborados por suas próprias equipes técnicas. Isto permitia além da especialização dos profissionais dos quadros das entidades públicas em planos e projetos urbanos, um intercâmbio entre as instituições públicas e as universidades, pela promoção de estágios e pela absorção de profissionais recém-formados. Com a desmontagem da estrutura técnica responsável pela implementação das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano, houve uma retração da demanda de projetos de urbanismo e a conseqüente redução do interesse dos profissionais pelos temas urbanos. Nas faculdades de arquitetura e urbanismo

nessa época observou-se um redirecionamento dos temas de projeto¹ para a área de arquitetura bancária, shopping - centers etc.

A retração do Estado na promoção de empreendimentos urbanos e ao mesmo tempo o desinteresse do setor privado pelo lançamento de novos projetos de parcelamento do solo, também geraram uma redução da demanda e do interesse pelos profissionais de desenho urbano.

Num outro sentido, as vertentes teóricas que direta ou indiretamente defendem a livre construção possibilitando e legitimando o encolhimento do papel estatal também favorecem o enfraquecimento e desvalorização do projeto urbanístico. O não cumprimento e ou o desconhecimento da Lei Federal 6766/79, já modificada, que regulamenta o parcelamento do solo urbano e a não aplicação das sanções por seu descumprimento, possibilita o crescimento urbano à margem da legislação desestimulando os potenciais empreendedores a contratar profissionais capacitados para a elaboração de projetos. Esse desaquecimento do mercado de projetos de parcelamento do solo, em conformidade com os parâmetros legais, pode refletir-se no grau de interesse das faculdades e dos alunos pelo domínio dessa disciplina.

Para Mark Wigley, essa postura em defesa da auto construção e da indefinição do desenho na escala da urbes é por fim a busca pelo controle por parte dos arquitetos sobre o espaço, ou seja, conscientes da impossibilidade de controle sobre os espaços urbanos, defendem o não controle como forma de manter o controle – aqui reaparece o mito do arquiteto enquanto “maestro” e dominador do espaço.

“Los arquitectos que dicen “no creo que pueda ou deba controlar todo El entorno”, por lo general están reclamando de hecho el control. Más que aceptar simplemente cualquier interferência posible a su visión, insisten em la indeterminación o em lo incompleto para recuperar el control” (WIGLEY, p. 59)

Outra possível explicação para o enfraquecimento do ensino do desenho urbano nas faculdades de arquitetura diz respeito à ênfase dada ao planejamento urbano nas disciplinas responsáveis pela abordagem projetual na

¹ Ver Nunes, 39, 2000.

escala urbana impulsionado pela obrigatoriedade legal² da elaboração de planos diretores para cidades com população acima de 20.000 habitantes. Cria-se um novo mercado de trabalho e as instituições procuram atender a essa nova demanda.

No entanto, apesar desse cenário desfavorável a valorização do desenho urbano hoje, é inegável que nos encontramos num momento estratégico para a resignificação dessa disciplina e seu resgate como possibilidade de novos compromissos da profissão de arquiteto com a cidade e seus espaços. Começamos a construção de um ideal de sustentabilidade planetária em função das ameaças reais constatadas e possivelmente esse movimento trará desdobramentos no interesse pelo espaço urbano e sua qualidade. As questões ambientais passam a primeiro plano. A responsabilidade pelo planeta também está na pauta dos interesses de mercado por sua própria reprodução e existência, assim como por sua apropriação enquanto distinção simbólica mercadológica (estamos tratando da ética corporativa e do marketing ético). Dessa forma, o reconhecimento dos interesses ambientais pode desencadear o interesse pelo espaço público, mas não constitui necessariamente um empecilho ao avanço dos interesses mercadológicos sobre as esferas coletivas.

É inegável que as questões de sustentabilidade ambiental podem ser determinantes à retomada do interesse pelo desenho urbano e o possível resgate do interesse sobre o espaço público, assim como o estabelecimento de novos compromissos e responsabilidades com o coletivo e o futuro das populações e das cidades. Aqui possivelmente está a oportunidade de resgate do valor do ensino do espaço urbano e mais, constitui a possibilidade de resgate do compromisso social e planetário, do papel do arquiteto e conseqüentemente do ensino de arquitetura e urbanismo e das instituições de ensino.

CONCLUSÃO: DESENHO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO

² A Constituição de 1988, Artigo 182, estabelece a obrigatoriedade de elaboração do plano diretor de desenvolvimento urbano para municípios de população superior a 20.000 habitantes.

É aqui que o domínio do desenho urbano se faz essencial ao preparar o futuro arquiteto e ou urbanista para projetar consciente da inter-relação entre arquitetura e urbanismo e da relação privado e público. Ao tratarmos do ensino do desenho urbano estamos tratando da formação de profissionais críticos e possíveis agentes transformadores do seu tempo.

Dar ao urbanismo igual relevância que à arquitetura é trazer a responsabilidade sobre o espaço público, a cidadania e o coletivo para o arquiteto urbanista, freando o avanço do mercado e do privado sobre o público. É comprometer o profissional na construção permanente da cidade e assim o ensino do urbanismo tem novo fôlego.

Um profissional capacitado a dominar o desenho urbano é capaz de elaborar críticas e de criar espaços públicos adequados e de qualidade – espaços capazes de resgatar o uso e as vivências coletivas nas cidades cada vez mais marcadas pelo descaso e desprezo pelas áreas públicas. Ou seja, esse profissional torna-se um sujeito consciente do seu papel atuante na construção da cidade e seus espaços.

Aqui o domínio do desenho urbano e a postura crítica surgem como desencadeadores de novas ações e novos compromissos – constituem um campo aberto ao resgate da relevância do espaço público e a construção de uma ética profissional comprometida com a construção da cidade, a qualidade de vida de seus habitantes e as futuras gerações. É sob essa perspectiva que repensarmos o ensino do desenho urbano hoje pode trazer novos horizontes ao papel das faculdades, seus professores e alunos. Nesse sentido espera-se, mediante a valorização do desenho urbano, colocar e trazer a cena o papel do arquiteto-urbanista como agente fundamental na construção do espaço da cidade democrática.

BIBLIOGRAFIA

FISCHER, Sylvia. **Mitos e perspectivas: profissão do arquiteto e ensino de arquitetura.** In Revista Projeto, Rio de Janeiro: maio/ 95.

NUNES, Debora. **A formação dos arquitetos.** In NUNES, Debora (prg.) Salvador: o arquiteto e a cidade informal. Salvador: PPG-FAUFBA/LabHabitar, 2000,216p.

WIGLEY, Mark. **¿ qué há sido Del diseño total?.** In COSTA, Xavier;MORALES, Ignasi. Metrópolis. Barcelona: Editorial Gustavo Gilis, SA, 2005.251p.